



**LICENÇA SIMPLIFICADA POR AUTODECLARAÇÃO Nº 2024.10.24-0007**

Validade até: 04/12/2026

A Secretária Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, expede a presente Licença, que autoriza a:

Nome/Razão Social: **MUNICÍPIO DE ACOPIARA**

CPF/CNPJ: **07.847.379/0001-19**

Endereço: **AVENIDA PAULO FÉLIX, 362, BAIRRO CENTRO**

Município: **ACOPIARA-CE**

Processo: **2024.10.24-0007**

**LICENÇA SIMPLIFICADA POR AUTODECLARAÇÃO (LSA) PARA ATIVIDADE DE VIAS TERRESTRES URBANAS E RURAIS – MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO (PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DA VIA: RUA EMANOEL DA SILVA LEAL COM EXTENSÃO DE 388,15 METROS) (CÓDIGO 26.08), NA RUA EMANOEL DA SILVA LEAL, S/N, DISTRITO DE SÃO PAULINHO, ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA (COORDENADAS GEOGRÁFICAS – INÍCIO: UTM 24 M, 427100.24 m E, 9317340.60 m S; FIM: UTM 24 M, 427428.21 m E, 9317240.90 m S), EMBASADA NO PARECER TÉCNICO Nº 2024.10.24-0007.**

**ANEXO I - CONDICIONANTES GERAIS**

1. Esta licença **NÃO AUTORIZA** a supressão vegetal, com exceção dos casos previstos neste Anexo I;
2. A supressão da vegetação deverá ocorrer apenas na área correspondente ao corpo da via em questão, sendo vedado o corte isolado de árvores, especialmente de espécies nativas, ou a supressão de vegetação em trechos externos à área da estrada;
3. Esta licença **NÃO AUTORIZA** intervenções para a implantação do empreendimento ou desenvolvimento da atividade em Áreas de Preservação Permanente (APPs), em Unidades de Conservação da Natureza, em terras indígenas administradas pela Fundação Nacional



- dos Povos Indígenas (FUNAI), em comunidades quilombolas e/ou em assentamentos rurais estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
4. As obras não deverão representar riscos ao Patrimônio Histórico-Cultural e Arqueológico. Caso sejam identificados vestígios de materiais, artefatos ou abrigos, as atividades deverão ser suspensas para evitar interferências, e o fato deverá ser imediatamente comunicado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
  5. A execução das obras não poderá causar danos ao meio ambiente e a terceiros. Caso isso ocorra, acidentalmente ou não, o empreendedor ou a contratada será responsável pela recuperação das áreas danificadas e por quaisquer outras responsabilidades oriundas da má execução das obras;
  6. Esta licença **NÃO AUTORIZA** intervenções em faixas de domínio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e da Superintendência de Obras Públicas do Ceará (SOP-CE);
  7. Esta licença **NÃO AUTORIZA** a abertura de novas estradas ou a ampliação da estrada vicinal existente;
  8. É expressamente proibida a caça, coleta ou aprisionamento de animais silvestres;
  9. Deve-se evitar a instalação de canteiros de obras ou acampamentos próximos a ambientes úmidos e florestados;
  10. Nos canteiros de obras, as águas servidas devem ser tratadas em fossas sépticas, sumidouros e caixas de gordura, com o escoamento final distante de poços ou cursos de captação. No caso de utilização de banheiros químicos, a empresa fornecedora do equipamento deve estar devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente;
  11. A água destinada ao abastecimento dos canteiros, bem como todos os efluentes gerados, deve ser tratada adequadamente, visando à proteção dos trabalhadores e da população circunvizinha;
  12. Os equipamentos e maquinários a serem utilizados devem estar em condições adequadas de uso, para evitar vazamentos de óleo, emissões atmosféricas de poluentes, entre outros danos à saúde da população e ao meio ambiente;
  13. É **PROIBIDO, EM QUALQUER HIPÓTESE**, o abastecimento de combustível de caminhões, tratores ou outros equipamentos ao longo dos trechos em obras;
  14. Esta licença **NÃO AUTORIZA** o corte ou a poda de árvores para restauração de cercas ou qualquer outra atividade;
  15. É de responsabilidade exclusiva do município obter, caso necessário, autorização ou licença para o desmonte de rochas com o uso de explosivos;
  16. O reaproveitamento do material proveniente dos cortes de terra deve ser priorizado ao longo de toda a obra;





17. O local de disposição dos resíduos da construção civil, escolhido de forma a evitar impactos ambientais, deverá ser previamente aprovado pela fiscalização ambiental. Não será permitido o corte fora do trecho da obra em questão, especialmente em Áreas de Preservação Permanente (APPs);
18. É **PROIBIDO** o armazenamento, ainda que temporário, de materiais para revestimento da estrada ou outros materiais em Áreas de Preservação Permanente (APPs);
19. Durante o transporte de resíduos da construção civil por caminhões basculantes, a carga deve ser coberta com lona impermeável para evitar seu desprendimento durante o percurso;
20. O sistema de drenagem a ser instalado deverá ser utilizado **EXCLUSIVAMENTE** para águas pluviais, sendo proibida qualquer ligação com a rede coletora de esgotos;
21. Caso o município deseje implantar um sistema de coleta de efluentes, deverá obter licença ambiental específica para essa finalidade. Ressalta-se que tal atividade é considerada de impacto regional e, portanto, o licenciamento ambiental deve ser realizado junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE);
22. Os processos erosivos incipientes ao longo de taludes, cortes e aterros devem ser corrigidos imediatamente;
23. É **PROIBIDO** o transporte de materiais e equipamentos, bem como a execução de obras, em horários noturnos;
24. As máquinas devem ser operadas conforme as recomendações dos fabricantes e as normas de segurança vigentes, de modo a minimizar os impactos da poluição sonora, atmosférica e do solo na população e nas edificações próximas;
25. As emissões atmosféricas de material particulado e os níveis de ruído e vibrações devem permanecer dentro dos parâmetros legais;
26. Os efluentes sanitários gerados durante a implantação do empreendimento não poderão ser dispostos no solo ou em corpos hídricos sem tratamento prévio;
27. É **PROIBIDO** o derramamento de óleos e combustíveis provenientes de máquinas e equipamentos utilizados nas obras, a fim de evitar a contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas. A manutenção mecânica das máquinas e equipamentos deve ser devidamente realizada;
28. Estruturas de contenção devem ser providenciadas nas áreas de depósito de material destinado à terraplenagem, para evitar o escoamento para fora das áreas definidas;
29. Os resíduos gerados durante a execução da obra deverão ser dispostos em locais adequados, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
30. Fica **PROIBIDO** o acondicionamento de resíduos da construção civil em vias públicas. Estes devem ser acomodados em caçambas até sua destinação final ambientalmente adequada;





31. Submeter à prévia análise da Secretaria Municipal de Meio Ambiente qualquer alteração que se faça necessária no empreendimento ou na atividade, estando o interessado sujeito às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que institui a Lei de Crimes Ambientais;
32. Manter esta licença e demais documentos relativos ao cumprimento das condicionantes estabelecidas disponíveis para a fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
33. No caso de encerramento, desistência ou suspensão das atividades, a empresa deverá obrigatoriamente comunicar à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**ADVERTÊNCIA:** O descumprimento das condicionantes da presente licença implicará na aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental, sem prejuízo da obrigação de reparar quaisquer danos ambientais.

**ADVERTÊNCIA:** A constatação de falsa declaração implica a suspensão ou o cancelamento da licença expedida, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, bem como do dever de recuperar os danos ambientais causados, conforme o art. 27 da Resolução COEMA nº 02, de 11 de abril de 2019.

**ADVERTÊNCIA:** A atividade contemplada nesta Resolução está sujeita ao monitoramento e à fiscalização pelo órgão ambiental competente, para fins de verificação da veracidade das informações prestadas pelo ente público interessado, conforme o art. 39 da Resolução COEMA nº 02, de 11 de abril de 2019.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença caso ocorra:

- I. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- II. Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença;
- III. Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

## ANEXO II – CONDICIONANTES DE PRAZO

1. Publicar o recebimento desta licença no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes à data da sua concessão, em cumprimento à Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; à Lei Federal nº 10.650, de 16 abril de 2003; ao Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho

AV. JOSÉ MARQUES FILHO, 600  
CENTRO ADMINISTRATIVO  
CEP: 63.560-000 - Acopiara-CE

  
meioambiente@acopiara.ce.gov.br  
www.acopiara.ce.gov.br






- de 1990; e à Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986, complementada pela Resolução CONAMA nº 281, de 12 de julho de 2001;
2. Afixar, no local do empreendimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos subsequentes à data da sua concessão, uma placa indicativa do licenciamento ambiental, de acordo com a legislação municipal, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
  3. Apresentar, em até 30 (trinta) dias corridos após a concessão desta licença, **OBRIGATORIAMENTE**, sob pena de suspensão da presente licença e/ou embargo da obra, o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC). Esse plano deverá ser aprovado pelo corpo técnico do Consórcio de Desenvolvimento da Região do Sertão Central Sul (CODESSUL);
  4. Apresentar, semestralmente, um relatório consolidado com o status e o andamento do que foi planejado e executado baseado no PGRCC, contendo todos os protocolos com respectivas datas. Esse relatório deverá ser protocolado em formato físico e digital (PDF editável), e os mapas ou plantas topográficas deverão ser apresentados em formato físico, em escala que permita visualização, e digital, no formato *shapefile*;
  5. Apresentar, em até 60 (sessenta) dias corridos subsequentes do período de vigência desta licença, um relatório consolidado com o status e o andamento do cumprimento das condicionantes, contendo todos os protocolos com respectivas datas, que evidenciem o cumprimento das condicionantes, além de eventuais alterações, prorrogações ou exclusões. Esse relatório deverá ser protocolado em formato físico e digital (PDF editável), e os mapas ou plantas topográficas deverão ser apresentados em formato físico, em escala que permita visualização, e digital, no formato *shapefile*;
  6. A renovação desta licença poderá ser protocolada com até 60 (sessenta) dias de antecedência em relação à expiração de seu prazo de validade, o que conferirá a prorrogação automática da validade até a manifestação definitiva da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Caso o interessado protocole o pedido de renovação antes do vencimento da licença, mas após o prazo estipulado, não terá direito à prorrogação automática de sua validade;
  7. Instalar, em até 60 (sessenta) dias, placas relativas ao licenciamento ambiental próximas às placas informativas do Governo Federal. O quantitativo das placas deverá ser o mesmo das placas governamentais, e estas deverão estar dispostas ao longo do trecho da estrada em questão;
  8. Apresentar, em até 60 (sessenta) dias, **OBRIGATORIAMENTE**, sob pena de suspensão da presente licença e/ou embargo da obra, as licenças ou autorizações do órgão ambiental competente referentes às jazidas de empréstimo utilizadas para fornecer minerais à obra em questão;



9. Após o término das obras, implantar cobertura vegetal nas áreas já utilizadas, tais como empréstimos, jazidas, locais disposições de resíduos da construção civil e canteiros de obras. O extrato vegetal utilizado deverá priorizar espécies nativas com características cênicas;
10. Durante a execução da obra, desenvolver e implementar estudos e projetos de proteção ambiental, como drenagem e revestimento vegetal de boa qualidade, para os taludes resultantes de cortes e aterros;
11. Durante a execução da obra, controlar o teor de umidade do solo por meio de aspersões periódicas, inclusive nos acessos às obras, para reduzir a emissão de poeira em áreas de moradia.

Essas são as considerações.

Acopiara-CE, 04 de dezembro de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**MARIA ALDANILA SILVA HOLANDA OLIVEIRA**  
Secretária do Meio Ambiente